

TELECOMUNICAÇÕES

Quebra do monopólio passa na Comissão de Justiça



Iris e Francelino (ao centro), presidente da CCJ e relator, discutem a proposta de emenda das telecomunicações

Por 16 votos favoráveis e 5 contra, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem a emenda que quebra o monopólio da União na área das telecomunicações. O parecer do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), manteve a redação final da emenda aprovada na Câmara dos Deputados, mais ampla que a proposta original do governo.

Foram destacadas 10 emendas ao parecer do relator, todas elas também rejeitadas em votações nominais que mantiveram, com pequenas variações, a mesma distribuição de votos da primeira votação.

A aprovação da proposta foi precedida de debates realizados ontem de manhã na Comissão de Justiça. O ex-ministro da Ciência e Tecnologia Renato Archer e o presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações, Brígido Roland Ramos, criticaram a proposta a emenda.

Archer lembrou que o mercado brasileiro de telecomunicações corresponde a 84% do mercado latino-americano. "Conquistar o Brasil significa conquistar um continente", alertou. **Página 3**

Emenda limita poder do governo no Orçamento

O governo federal poderá ser impedido de usar as arrecadações extraordinárias por decretos, como propôs na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada ao Congresso em abril último.

O relator do projeto no Congresso, senador José Fogaça (PMDB-RS), aceitou emenda obrigando o Executivo a enviar ao Legislativo projeto de lei para gastar qualquer excesso de arrecadação tributária.

Fogaça entregou ontem seu relatório à Comissão Mista de Orçamento, apresentando um substitutivo à LDO encaminhada ao Congresso pelo governo. José Fogaça manteve intocados pontos fundamentais da LDO, como o fim da correção monetária para qualquer verba orçamentária.

Senadores vão conhecer recursos da Internet

Os senadores vão conhecer hoje como funciona a Internet, a rede mundial de informação digital. Com a presença do presidente do Senado, José Sarney, técnicos do Prodasen farão uma apresentação sobre os benefícios que a conexão com a Internet podem trazer ao trabalho parlamentar.

Segundo o diretor-executivo do Prodasen, Marco Antônio Pais dos Reis, os senadores verão como acessar as informações disponíveis em bancos de dados existentes no mundo todo. Poderão, por exemplo, conectar-se com o Congresso norte-americano e buscar informações sobre os projetos em tramitação naquele parlamento que possam ser do interesse do Brasil. Terão acesso aos jornais brasilei-

ros e internacionais que já circulam na rede.

Serão apresentados aos senadores, também, os serviços que o Senado irá disponibilizar para os usuários da Internet. De início, qualquer pessoa poderá ter acesso ao noticiário produzido pela Subsecretaria de Divulgação sobre as atividades da Casa, em tempo real, além de informações gerais sobre o Senado e sobre os senadores.

-Estamos utilizando o que há de mais moderno no mundo em termos de *software* para a Internet - explicou Marco Antônio. O *software* utiliza o ambiente W.W.W., compatível com o Windows, recebendo e colocando na rede imagens, texto e som do Senado, abrindo a possibilidade de utilização dos recursos de multimídia.

Jatene vem debater IPMF para saúde

Página 2

Comissões iniciam semana com ritmo intenso de atividades

Entre os temas de hoje, está o debate com o ministro Adib Jatene sobre a proposta de volta do IPMF para financiar a saúde pública

O ministro da Saúde, Adib Jatene, comparece hoje ao Senado para prestar esclarecimentos sobre opções de financiamento da saúde no país, entre elas o retorno do IPMF.

Na condição de convidado, o ministro será ouvido em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, presididas pelos senadores Gilberto Miranda (PMDB-AM) e Beni Veras (PSDB-CE).

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), realiza reunião extraordinária hoje, às 10h. Em pauta, a proposta do ensino da Língua Espanhola nos estados limítrofes com os países membros do Mercosul.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), também se reúne às 10h de hoje, para apreciar três projetos. Em destaque a proposta

do Executivo estabelecendo regras para a produção independente de energia elétrica.

Um painel sobre geração de energia deverá marcar, a partir das 17h de hoje, a reunião da Comissão Especial que discute as prioridades para o desenvolvimento do Vale do São Francisco. A comissão é presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), tendo como relator o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Comissão aprova novo procurador

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem, por unanimidade, a indicação de Geraldo Brindeiro para o cargo de Procurador-Geral da República. A mensagem vai agora ao plenário.

Na arguição pública feita pelos senadores, os principais questionamentos referiram-se ao papel do Ministério Público e ao controle externo do Judiciário.

Geraldo Brindeiro manifestou-se favoravelmente a uma reforma do Judiciário, desde que ela traga rapidez processual e mantenha a independência dos três poderes da República.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Apresentação da Internet. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Recebe o Presidente da Comissão do Mercosul, deputado Paulo Bornhausen.

10h45 - Recebe o Prefeito da Cidade de Bauru/SP, Tidei de Lima.

11h - Recebe o Embaixador da Coreia, Chung Hyun Pyun.

11h10 - Recebe o Embaixador do Japão, Hidetoshi Ukawa.

11h20 - Recebe o Embaixador da Grã-Bretanha, Keith Haskell.

12h - Recebe a Secretária de Turismo do DF, Maria de Lourdes Abadia.

13h - Almoça na Embaixada americana com o Subsecretário de Estado para a América Latina.

14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado.

15h - Recebe o Bispo Diocesano de Duque de Caxias e Presidente da Associação para Projetos de Combate à Fome, Dom Mauro Morelli.

20h30 - Participa de jantar em homenagem ao Presidente do Uruguai, Júlio Sanguinetti. Local: Palácio do Itamaraty.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Vários projetos, destacando-se: *PEC nº 29/95, que abre a empresas privadas a exploração de gás canalizado. (Primeira sessão ordinária de discussão, em primeiro turno) *PLC nº 144/94, que dispõe sobre o ressarcimento ao Banco do Brasil S/A das despesas com o Programa do Imposto de Renda, exercícios de 1990 e 1991. (Em discussão)

COMISSÕES

9h30 - Comissão Mista "destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.018/95, que "altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, e dá outras providências".

Pauta: Instalação, eleição do presidente, vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre

Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais (reunião conjunta)

Pauta: Exposição do Ministro da Saúde, Adib Jatene, sobre o tema: "Financiamento da saúde".

10h - Comissão de Educação

Pauta: Matérias de competência da comissão, destacando-se: *PLC nº 106/94 (não terminativo), que institui a residência médico-veterinário, e determina outras providências; *PLS nº 106/95 (terminativo), que institui o "Dia do Seringueiro", e dá outras providências; e *PLS nº 38/95 (terminativo), que dispõe sobre o ensino de Língua Espanhola nos estados limítrofes com os países formadores do Mercosul. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Matérias de competência da comissão: *PLC nº 72/93 (não terminativo), que dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias e ferrovias brasileiras, e dá outras providências; *PLC nº 53/95 (Não terminativo), que institui normas e procedimentos gerais para a prevenção do assoreamento dos reservatórios criados pelo barramento dos cursos d'água; e *PLC nº 65/95 (não terminativo), que estabelece regras para a produção independente de energia elétrica, e dá outras providências. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista "destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.017/95, que "estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências".

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando ao desenvolvimento do Vale do São Francisco"

Pauta: Painel sobre geração de energia. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

REFORMA CONSTITUCIONAL

Comissão de Justiça ouve críticas a emenda que quebra monopólio



A Comissão de Justiça fez duas reuniões para discutir emendas constitucionais enviadas pelo governo

Tebet não vê polêmica sobre empresa

Relator da proposta de emenda constitucional que elimina a distinção entre empresa brasileira de capital nacional e estrangeiro, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) acredita que a matéria será votada em dois turnos antes do recesso de julho. Para Tebet, a aprovação em primeiro turno ocorrerá já na próxima semana.

-A proposta é tão consensual que não tenho nenhuma dúvida em afirmar que a aprovação será integral, sem emendas. Afinal, foram 17 votos contra cinco na Comissão de Constituição e Justiça - disse. As 14 emendas apresentadas ao texto e rejeitadas na CCJ certamente serão reapresentadas em plenário, mas Tebet acredita que serão outra vez rejeitadas.

Ramez Tebet informou ainda que está na expectativa da legislação complementar que o governo enviará ao Congresso sobre o assunto.

Requião: Senado deve ficar atento a erros do governo

"O governo erra sistematicamente, como errou na abertura comercial e nos acordos do Mercosul. Por isso, o Senado deve discutir as emendas constitucionais com mais profundidade."

A recomendação foi feita ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Ele concordou que algumas emendas constitucionais propostas, se discutidas em

profundidade, são importantes para o país, mas, a seu ver, não é isso que vem ocorrendo.

"Na sofreguidão de se aprovarem as emendas, prazos de tramitação vêm sendo encurtados. No entanto, há outros caminhos. Há que se governar abrindo o nosso país para o mundo, mas acreditando no Brasil e nos brasileiros", garantiu.

Nabor alerta o Senado

A possibilidade de que o Senado venha a abrir mão de seu papel de Casa revisora das matérias aprovadas pela Câmara, em favor da celeridade na votação das propostas de emenda à Constituição, preocupa o senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Em pronunciamento feito ontem, ele alertou para a ne-



Nabor Júnior

cessidade de os senadores ficarem atentos ao "cumprimento ativo, consciente e competente de suas obrigações".

Nabor pediu a transcrição nos Anais de artigo do ex-senador Mauro Benevides publicado ontem pelo *Correio Braziliense*, com idêntica advertência.

O ex-ministro da Ciência e Tecnologia Renato Archer e o presidente da Federação Interstadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel), Brígido Roland Ramos, criticaram ontem a proposta de emenda do governo que flexibiliza o monopólio estatal das telecomunicações. Eles foram ouvidos em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Na interpeção a Renato Archer, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) citou a precariedade dos serviços de telefonia no país, apontando a deficiência do sistema celular, com o que concordou o depoente.

Já o senador Romeu Tuma (SP) chamou a atenção para o alto preço de um terminal telefônico, dando como exemplo o que ocorre em São Paulo, onde uma linha atinge US\$ 2 mil no mercado paralelo.

Disse Renato Archer que o mercado brasileiro das telecomunicações corresponde hoje a 84% do mercado latino-americano. Para o ex-ministro, conquistar o Brasil significa para as grandes empresas mundiais do setor conquistar um continente e, por isso mesmo, trata-se de um assunto de interesse fundamental para o país.

Já o engenheiro Brígido Ramos defendeu o monopólio estatal como condição de manutenção da própria soberania e da democrática cobertura nacional dos serviços, alcançando os diversos segmentos da população, em todos os pontos do território brasileiro. O sindicalista pediu o apoio dos senadores para a manutenção do monopólio do Estado, admitindo, no entanto, a flexibilização que mantenha uma rede "pública e única" de telecomunicações no país.

Valadares diz que Menem foi "descortês" com o Brasil

Senador considera legítima a proteção criada pelo governo brasileiro e adverte que um parceiro como o Brasil merece tratamento melhor

"Um parceiro como o Brasil, cujo mercado absorve mais de 30% de produtos argentinos, tem que ser visto pelas autoridades do país vizinho como um colaborador especial do seu desenvolvimento".

A observação foi feita ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PP-RN), ao criticar a atitude do presidente da Argentina, Carlos Menem, que ameaçara não comparecer ao encontro do Mercosul em São Paulo, como represália à MP que

restringe a importação de automóveis.

Antonio Carlos Valadares afirmou que Menem, que acabou comparecendo ao encontro, tentara ser radical nas negociações que poderão advir do encontro, sob o argumento de que a barreira alfandegária recém-imposta pelo Brasil levará mi-



Valadares

lhares de argentinos ao desemprego.

"Ora, o Brasil já perdeu mais de US\$ 10 bilhões na sua balança comercial. E, a continuarem tais perdas, nossa economia poderá atingir o seu ponto crítico e ameaçar a estabilização do Plano Real", frisou Valadares, considerando acertada a medida do governo.

Alcântara pede subsídio para algodão

A decadência do setor algodoeiro nacional exige uma política agrícola específica baseada no modelo norte-americano de proteção à agricultura, mediante subsídio direto de 20% ao produtor.

Esta foi a posição defendida ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem o impacto desse subsídio sobre as finanças públicas é irrisório e teria efeitos positivos imediatos sobre os níveis de emprego, renda e arrecadação de tributos estaduais.

Além disso, segundo o senador, o incentivo evitará que o país se torne, em breve, "totalmente dependente" do mercado internacional no setor.

Senadores defendem Cássio Cunha Lima

Não há no Tribunal de Contas da União nenhuma acusação formal contra o deputado Cássio Cunha Lima, segundo afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), rebatendo acusações veiculadas ontem pelo jornal *Correio Braziliense*.

Ney Suassuna exibiu um relatório do próprio Tribunal sobre auditoria pedida pelo deputado, e uma certidão assinada pelo presidente do TCU ministro Marcos Vilela, negando a existência de acusação formal no TCU contra Cássio Cunha Lima quanto à

sua gestão na Sudene.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) criticou o "sentimento de

denuncismo que assola o país". Já Esperidião Amin (PPR-SC) disse que, por tratar-se de época de São João, a matéria publicada não passava de um simples "buscapê". Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Humberto Lucena (PMDB-PB) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) questionaram a origem da notícia e solidarizaram-se na defesa ao deputado.



Ney Suassuna

Ademir defende melhoria da Transamazônica

Pregando a radicalização na luta pela recuperação das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, bem como pelo início das obras de implantação do linha de energia elétrica de Tucuruí para o Oeste do Pará, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) alertou ontem para a necessidade de o governo olhar com mais "responsabilidade" para o povo da região amazônica.

Segundo o senador, foi a falta de visão do governo que fez com que o ministro do Planejamento, José Serra, vetasse os recursos destinados àquelas obras no Orçamento da União para 1995.

Com a presença de vários membros do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica nas galerias do plenário do Senado, Ademir Andrade lembrou que o Orçamento destinava R\$ 31 milhões para a recuperação das rodovias e R\$ 8 milhões para o linha de Tucuruí.

O senador explicou que somente após a criação da Bancada Parlamentar da Amazônia, inúmeros discursos, reuniões e audiências com diversos ministros, é que o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica conseguiu que o diretor-geral do DNER, Tarcísio Delgado, lançasse licitação para construção de três pontes.



Ademir

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ermandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.